

## **PRÁTICA EDUCATIVA AMBIENTAL NA PERSPECTIVA DO PROGRAMA ESCOLA ATIVA (PNE): ESCOLA RURAL FRANCISCA MARIANA LUIZ EM CAMPO ALEGRE DE GOIÁS (GO)**

Iara Martins Costa Alves<sup>77</sup>  
[ialvesiara@yahoo.com.br](mailto:ialvesiara@yahoo.com.br)

### **RESUMO:**

A relação do ser humano com a natureza efetiva-se através de um contínuo e dinâmico processo, cuja principal característica tem sido a apropriação do homem de forma indiscriminada e utilitarista dos recursos disponíveis na natureza, caracterizando o atual modelo civilizatório urbano-industrial, que desenvolve valores individualistas e consumistas na sociedade. O avanço industrial numa sociedade tecnológica gera o progresso de alguns cidadãos em decorrência da pobreza crescente de uma significativa parcela social, historicamente excluída, é que a questão ambiental enfrenta grandes desafios em nosso país, pois a crise ambiental é apenas a ponta do “iceberg” de uma crise maior. Dessa forma, o problema levantado da pesquisa refere-se na interação escola/comunidade através das metodologias da Escola Ativa, utilizadas na prática educativa sobre as questões ambientais. A pesquisa se justifica em função de muitos professores se dizerem defensores do meio ambiente, no entanto suas ações não mostram isso, pois pouco ainda fazem para enfrentar os problemas ambientais de sua comunidade. Nesse contexto, este trabalho trata-se de uma pesquisa de Mestrado, em fase inicial, na Escola Francisca Mariana Luiz, situada na zona rural dentro da Comunidade do Projeto Paineiras, município de Campo Alegre de Goiás (GO). A escola trabalha de forma diferenciada com a metodologia do Programa Escola Ativa, com classes multisseriadas onde o aluno tem acesso ao conhecimento prático, aprendizagem cooperativa e aplicação de seus conhecimentos no meio em que vive. Esta pesquisa visa analisar as metodologias da Escola Ativa proposta pela Educação do Campo, nas práticas educativas ambientais da referida escola.

**PALAVRAS-CHAVE:** Escola Rural, Educação Ambiental, Campo Alegre de Goiás (GO)

### **INTRODUÇÃO**

O tema Educação Ambiental (EA), vem sendo estudado de forma acentuada por várias áreas do conhecimento, em consequência dos problemas ambientais nas últimas décadas, oriundos de um modelo civilizatório devastador, resultado da voracidade capitalista dos dominadores. Na mídia ressaltam previsões catastróficas dos cientistas sobre o futuro da humanidade, assim todos os dias há

---

<sup>77</sup>Mestranda em Geografia na Universidade Federal de Goiás- CAC. Bolsista REUNI.

notícias sobre destruição de florestas, queimadas, contaminação de nascentes, poluição, extinção de espécies, aquecimento global entre outros ainda pouco divulgados pelos canais de comunicação.

Nesse sentido, esta pesquisa tem como objetivo analisar as metodologias da Escola Ativa proposta pela Educação do Campo, nas práticas educativas ambientais na Escola Rural Francisca Mariana Luiz. Ainda busca entender os reflexos do Programa Escola Ativa (PEA) na comunidade, pois na Educação do Campo a metodologia da Escola Ativa visa a participação efetiva da comunidade como parceira no fazer uma educação de qualidade.

A pesquisa já conta com o aporte teórico de autores que tratam da temática problematizando a discussão e da definição de Educação Ambiental, como Dias (1994,1997), Cascino (1999), Carvalho (1992), Carvalho (2008) trazendo reflexões sobre a formação do sujeito ecológico, Caldart (2009) abordando a educação do campo, Foladori (2011), Loureiro (2006, 2011) com todo um debate atual sobre a crise ambiental, Guimarães (1995, 2000), Reigota (2004), Leff (2001), Ruscheinsky (2002), Santos (1994, 2008), Sato (2004) definindo e contextualizando historicamente a relações entre homem e natureza, bem como sobre a trajetória da EA no mundo e no Brasil. Saviani (1985) e Freire (1988) contribuem ao incorporar a pedagogia libertadora e autônoma e ainda trata da temática da formação docente orientado para o fazer pedagógico crítico na escola.

## **A ESCOLA RURAL FRANCISCA MARIANA LUIZ**

Localizada a margem da rodovia BR-050, km 170, a 38km da cidade sede do Município, a Escola Rural Francisca Mariana Luiz foi fundada no dia 03 de fevereiro de 2002, com o terreno doado por antigos moradores das fazendas circunvizinhas do Projeto Paineiras (foto 1). A escola possui duas salas de aula, um salão onde é realizado eventos, palestras e reuniões, (foto 5) cozinha e dois banheiros. Possui ainda uma ampla área de recreação para os alunos frente a escola. A clientela da escola corresponde a 28 alunos, do 1º ao 4º ano, divididos em salas multisseriadas (foto 6). O corpo docente é formado por duas professoras e uma coordenadora. As aulas são ministradas no período matutino recebendo alunos que moram nas regiões circunvizinhas. A escola trabalha, com a metodologia da Escola Ativa, onde o aluno tem acesso ao conhecimento prático, aprendizagem cooperativa e aplicação de seus conhecimentos no meio em que vive. No que tange a Educação Ambiental, é feita de forma concreta e continua segundo a coordenadora da escola, com palestras, projetos, leituras e saídas a campo.

Anais do II Simpósio Nacional Espaço, Economia e Políticas Públicas  
“Cidade e Questão Ambiental: velhos desafios, novos paradigmas”  
17 a 19 de Outubro de 2012 – Anápolis – Goiás – Brasil

A comunidade Paineiras possui uma Igreja Católica; um centro comunitário onde são realizadas as festas da escola e comunidade (foto 2); um restaurante “ Restaurante Paineiras” e ao lado uma borracharia (foto 3). O Projeto Paineiras está localizado nos municípios de Campo Alegre e Ipameri, na região Leste de Goiás, com 29 lotes, onde os produtores cada qual com seu lote planta: batata, repolho, café, milho, feijão, soja, entre outras culturas (foto 4).



Foto 1- E. M. D. Francisca M. Luiz (2011).  
Autora: Alves, Iara Martins



Foto 2 - Centro Comunitário do Projeto Paineiras (2011).  
Autora: Alves, Iara Martins



Foto 3 – Restaurante e borracharia, comunidade do Projeto Paineiras (2011). Autora: Alves, Iara Martins



Foto 4 – Lavoura de soja no entorno da escola do Projeto Paineiras (2011). Autora: Alves, Iara Martins



Foto 5 – Sala de aula multisseriada da escola.  
Autora: Alves, Iara Martins

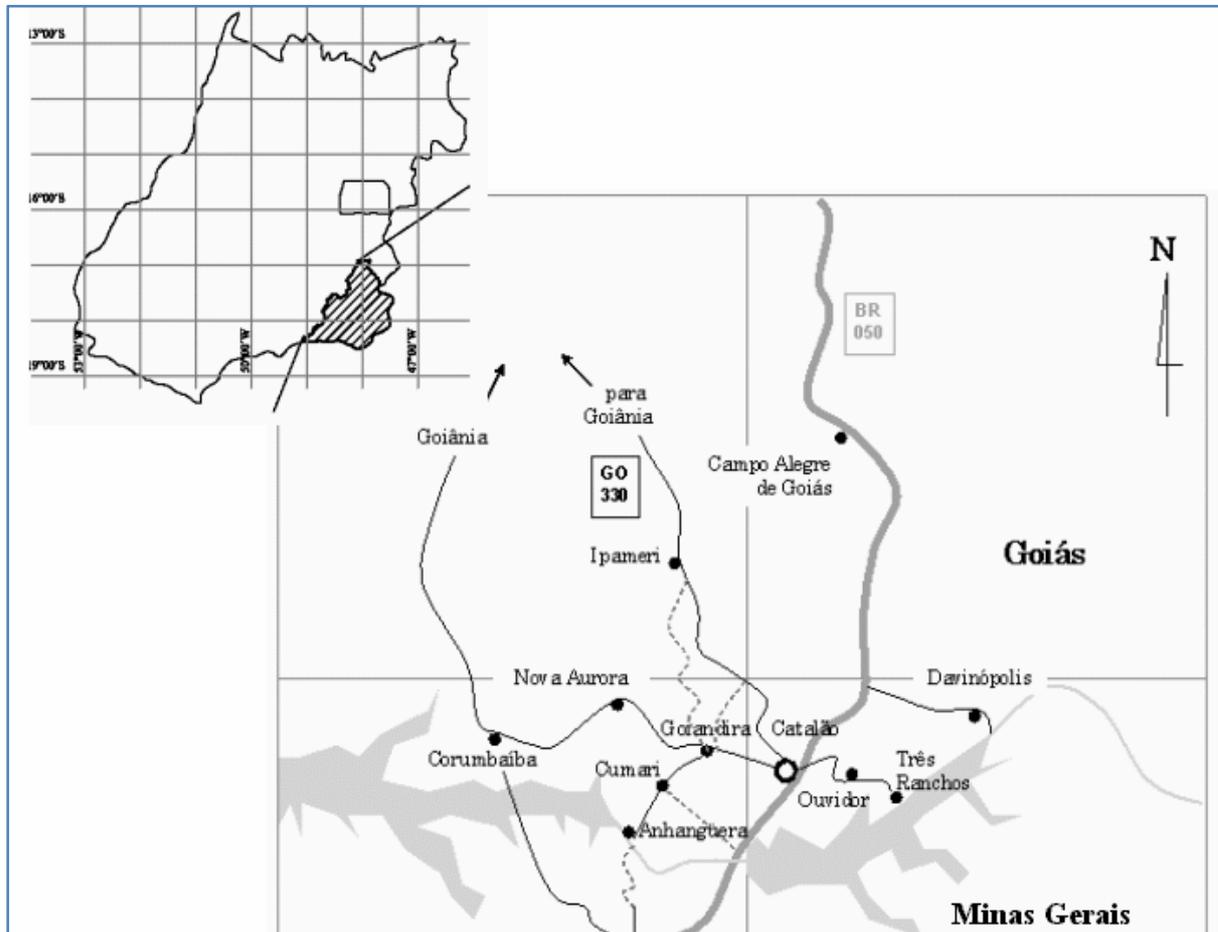


Foto 6 – Festividade comemorativa na escola do Projeto Paineiras (2011).  
Autora: Alves, Iara Martins

Campo Alegre de Goiás (GO) (figura 1) está situado no planalto Brasil Central, no Estado de Goiás, na Mesorregião do Sul goiano e na Microrregião de Catalão (GO). Em relação aos grandes centros, Campo Alegre de Goiás esta a 250km da Capital do Estado, a 215km de Brasília (DF) e 800km de São Paulo (SP), sendo que em seu termo passa uma importante rodovia, a BR-050 que liga Brasília a São Paulo. O município faz limites com Ipameri (GO) ao norte e oeste, Catalão ao Sul, Paracatu (MG) a leste. A cidade possui 2.463,01 km<sup>2</sup>. Com uma população cerca de seis mil habitantes e novas frentes de trabalho gerados continuamente. Além das riquezas naturais, a região é uma das maiores produtoras de cereais da região do estado, há ainda atividades como a pecuária e extrativismo mineral e vegetal.

Figura 1: Localização da cidade de Campo Alegre de Goiás (GO)

Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Alegre de Goiás.



Diante do exposto, para o alcance do objetivo proposto na pesquisa, parte-se das seguintes problemáticas: a) Que desafios seriam enfrentados pelos professores da Educação do Campo na aplicação das estratégias, em sala de aula, a partir da metodologia da Escola Ativa? b) Quais as mudanças que ocorreram na escola e na própria comunidade a partir da implantação do Programa da Escola Ativa?

## MATERIAIS E METODOS

Esse trabalho busca contribuir com a ciência geográfica no que tange ao caminho metodológico de pesquisa. Entende-se que o caminho “trilhado” por um pesquisador influencia, de

forma significativa, na qualidade do trabalho a ser produzido. Portanto, a escolha dos procedimentos metodológicos é essencial para que se tenha uma produção científica coerente, coesa e de significância social. O caminho metodológico não é simplesmente a definição das etapas a serem cumpridas pelo pesquisador, de forma estanque. É um arcabouço teórico-prático que permite a apreensão, a investigação e a reflexão acerca dos objetivos de um trabalho acadêmico.

Nessa perspectiva, refletindo sobre as correntes de pensamento geográfico, essa pesquisa insere-se, de forma parcial, no campo da geografia crítica, tendência que incorpora pressupostos marxistas em sua análise, para buscar compreender os processos sociais e a configuração espacial (MENDOZA; JIMÉNEZ; CANTER, 2002). Porém, incorpora elementos de uma geografia humanista para interpretar o fenômeno estudado.

Nesse sentido, Gomes (1996) evidencia três grandes cortes na história do pensamento geográfico. O primeiro corte refere-se à transformação trazida pelo triunfo do espírito naturalista no final do século XVIII, com os nomes de Alexandre Humboldt e Carl Ritter como representativos dessa mudança; o segundo corte epistemológico dá-se no final do século XIX, momento da institucionalização da disciplina e compartimentação do saber geográfico; o terceiro corte acontece nos anos de 1950, período em que a geografia aparece como uma ciência social.

Desde que ganhou status de ciência em meados do século XIX, na Alemanha com Humboldt, Ritter e Ratzel, que no entendimento de Christofletti (1985), a organização da Geografia como ciência partiu das obras destes pesquisadores que construíram os alicerces da Geografia. Horácio Capel (2004) compartilha do pensamento, destacando Humboldt como um dos principais responsáveis pelo desenvolvimento da Geografia moderna e sua obra foi decisiva para a configuração de muitas ideias geográficas, particularmente no campo da Geografia Física. É preciso aceitar que a Geografia não é definida mais tão somente como “estudo dos lugares” como afirmava La Blache ou Hettner como o “estudo das diferenciações de área”.

Considerado como “pai da Geografia”, Humboldt naturalista e grande viajante, fez relatos de suas viagens, estabelecendo comparações entre as diferentes paisagens e aspectos físicos e biológicos. No início as viagens se constituíam como principal forma de acesso ao desenvolvimento do conhecimento dos espaços geográficos específicos. Este conhecimento servia como instrumento de poder sobre os demais. Humboldt também foi responsável pela utilização do princípio da Geografia Geral, a qual determinava que se devesse conhecer toda a unidade terrestre a fim de que seja possível estabelecer relações entre as diferentes regiões que a compõe, uma vez que os fenômenos verificados em determinadas localidades podem ocorrer em outros lugares com

características semelhantes. Para Humboldt, o meio determinava as condições de vida do homem, sendo sua teoria regida pelo determinismo. Seu estudo era empírico, descritivo e classificatório e as relações entre o homem e o meio ou sociedade e natureza, eram enfocadas de acordo com as imposições do meio.

Em relação ao método comparativo usado por Humboldt cabe destacar somente que o usou de forma abundante e que alguns consideram que é precisamente este uso de comparações universais sua contribuição mais importante. Humboldt comparava, de fato, sistematicamente as paisagens do setor que estudava com outras parte da Terra. Assim por exemplo, comparava as planícies do Orinoco com os Pampas, os desertos do velho continente e os da America [...] (CAPEL, 2004, p.14)

Ritter valorizava a utilização de metodologias principalmente as de cunho pedagógico, este foi o precursor do método comparativo, realizando estudo dos lugares e de suas individualidades, estabelecendo comparações entre diferentes povos, culturas e lugares, usando para isso, o empirismo como método de observação. Desta forma, percebe-se que a sistematização da Geografia enquanto ciência se deu em parte a partir de pesquisas e relatórios de campo elaborados anteriormente, construindo as bases para o desenvolvimento da Geografia. Desde então, o ensino da Geografia vem passando por um período de transição e assim as metodologias utilizadas em sala de aula procuram ultrapassar a Geografia Tradicional que apresentava a valorização das descrições, classificações e mensurações do espaço com o predomínio de uma postura empirista e naturalista, mas esta Geografia já não respondia às inquietações que a realidade apresentava. Sobre a importância dos trabalhos de campo realizados por estes pesquisadores em suas observações e análises empíricas do espaço, Gomes (1996) afirma:

A dupla filiação do discurso geográfico de Humboldt e de Ritter se exprime também na forma através da qual o papel do geógrafo era definido. O geógrafo era um observador da natureza que experimentava ao mesmo tempo um prazer estético, mas também um prazer intelectual de compreender as leis naturais. A palavra contemplação é comum aos dois discursos e parece justificar esta dupla ação do olhar, admirador e curioso. (GOMES, 1996, p. 173)

A Geografia hoje vai muito além das descrições físicas do espaço, está associada a temas transversais, saberes interdisciplinares preparando o aluno para as interpretações e leituras de mundo. É nesse sentido que a atividade que conhecemos como trabalho de campo se torna

imprescindível para a produção e transmissão do saber geográfico. Cada local do trabalho de campo possui características particulares que devem ser observadas e conhecidas possibilitando estudos.

Na pesquisa em questão, Prática educativa ambiental na perspectiva do Programa Escola Ativa (PNE), o trabalho de campo surge como um recurso importante na busca de resposta para a hipótese delimitada que é se as metodologias utilizadas pela escola na prática educativa em questões ambientais promovem a interação entre escola, família e sociedade. Mas também não se pode esquecer que o trabalho de campo promovido na escola ajuda o aluno a compreender de forma mais ampla a relação existente entre o espaço vivido e as informações obtidas dentro de sala de aula fazendo com que este tenha melhor aproveitamento do conteúdo apreendidos em sala de aula. O contato com a realidade dará ao aluno uma nova visão dos acontecimentos atuais, com uma leitura crítica da realidade relacionando a teoria e a prática. Assim, o trabalho de campo é um componente dinamizador unificando diferentes áreas do saber.

É nesse contexto que, Lacoste (1985) define trabalho de campo como pesquisa em grande escala que precisa ser articulada com outras escalas. Para este autor, é através da articulação que podemos efetivamente construir uma interpretação geográfica da realidade, indo do particular ao geral e da prática à teoria e vice-versa.

O trabalho de campo para não ser somente um empirismo, deve articular-se à formação teórica que é ela também, indispensável. Saber pensar o espaço não é colocar somente os problemas no quadro local; é também articula-los eficazmente aos fenômenos que se desenvolvem sobre extensões muito mais amplas. (LACOSTE, 1985, p.20)

Na Geografia tradicional, o trabalho de campo se direcionava na observação e na descrição dos elementos conhecidos da paisagem, o que resultava em uma análise acrítica do espaço geográfico, enquanto que na Geografia Crítica o trabalho de campo se destaca pela importância da preparação e contextualização do mesmo para que possa propiciar ao aluno o interesse pelo estudo do lugar vivido e a compreensão das contradições espaciais existentes.

Geografia não é precisamente uma ciência de livros, necessita do interesse, da colaboração, da observação pessoal. Só será bom mestre quem tem algum interesse de observação no que quer descobrir. A natureza, em sua inesgotável variedade, põe ao alcance de cada um, os objetos de observações e posso garantir aos que se dedicam a ele menos esforço do que prazer (MENDOZA; JIMÉNEZ; CANTER, 2002).

Na atualidade, o trabalho de campo é um recurso metodológico de ensino aprendizagem nas mais diferenciadas áreas do conhecimento. O trabalho de campo torna-se importante no processo de ensino-aprendizagem para se compreender a relação existente entre as informações obtidas em sala de aula e a prática do campo. Assim, o trabalho de campo é uma alternativa concreta de viabilizar teoricamente o propósito de ultrapassar a reflexão dentro da sala de aula, como forma de executar e praticar a leitura do real, constituindo um momento ímpar da práxis teórica promovendo uma transformação no cotidiano escolar. Sato (2004) corrobora com este trecho afirmando que as modernas atividades educacionais clamam por mudanças de valores e que o trabalho de campo é uma metodologia que contribui para o sucesso do entendimento das questões ambientais.

Dentre as ciências que possuem relação direta com a questão ambiental, a Geografia contribui muito com a Educação Ambiental (EA) no que se refere à reflexão e a prática através do ensino e pesquisa. Para Sauer (s/d), a Geografia é primeiramente todo conhecimento que se obtém por meio da observação, ordenado pela reflexão e por um novo exame das coisas que as pessoas têm vivido, e aquele que a pessoa experimentou a partir do seu contato pessoal a partir da comparação e da síntese. As excursões geográficas e as aulas de campo, ainda de acordo com Sauer (s/d) não necessitam de uma organização predeterminada de observações, como na legenda de um mapa sinóptico, surgirão pistas em abundância físicas, orgânicas ou culturais durante o percurso, com a observação e troca de informações. Quanto mais energia se dedique para registrar categorias predeterminadas, menor é a probabilidade de se aproveitar a exploração, os alunos estarão numa viagem de descoberta e não num trabalho de agrimensura.

Estas excursões e aulas de campo são a melhor aprendizagem. Caminhar a pé, dormir ao relento, acampar, ainda é um dos meios mais propícios para intensificar a experiência, de converter impressões em avaliações e julgamentos, evitando qualquer aumento de rotina e de fadiga que diminua a vivacidade. Ainda de acordo com o pensamento de Sauer (s/d), este utilizava o termo “excursão geográfica” para referir a atividade extra-sala de aula. Afirma que uma boa excursão, bem executada equivale a muitas aulas. A excursão geográfica é própria da Geografia e visa à leitura de elementos paisagísticos no intuito de buscar informações gerais. (MENDOZA; JIMÉNEZ; CANTER, 2002). Desta forma, o trabalho de campo está intimamente relacionado à construção de novas possibilidades educativas rompendo a forma tradicional de ministrar aulas apenas expositivas.

Portanto, o trabalho de campo se caracteriza como ferramenta fundamental, seja utilizado no campo ou na cidade, um recurso didático, fazendo com que o aluno tenha um maior conhecimento

das questões ambientais que estão ao seu redor, contribuindo para o desenvolvimento da compreensão integrada do meio-ambiente. Contribuindo, desta forma, para despertar o interesse para as questões ambientais. Sato (2004, p.42), as modernas atividades educacionais clamam por mudanças de valores, atitudes e responsabilidades com o ambiente. Essa sensibilização ocorre principalmente através de observações diretas, do contato e da imersão na natureza em si. Embora os trabalhos de campo exijam custos financeiros, burocracias e forte integração dos professores, há uma maneira mais barata e viável com a promoção dessas atividades nas áreas próximas as escolas que desperta bastante interesse dos alunos.

Quando se trata do meio rural, de modo geral, associado ao natural, lugar de rusticidade, do atraso, um espaço onde o homem está em contato direto com a natureza, diversos planos de intervenção ao meio rural vem mudando o significado do rural, alternando-se entre conceitos positivos e negativos que determinam o contraponto entre a valorização ou depreciação do espaço e muita das vezes o desprezo do modo de viver as experiências e dinâmicas rurais.

No que tange a EA na educação do campo o procedimento não poderia ser diferente, pois há a necessidade da observação das diversidades, de modo que sensibilizem o educando de acordo com a sua realidade local. Caldart (2009, p.153) ressalta que é preciso ajudar a colocar as questões da educação na agenda de cada um dos sujeitos do campo como a família e a comunidade. Assim, EA se realizará de forma diferenciada em cada meio para que se adapte às respectivas realidades, com seus problemas específicos e soluções próprias em respeito à cultura, aos hábitos, aos aspectos psicológicos, às características biofísicas e socioeconômicas de cada localidade, juntamente com os sujeitos que compõe o campo. O trabalho de campo é uma forma de mostrar as diversidades e as riquezas do meio rural. Sendo assim, para Guimarães (1995, p.37), “[...] existe diferença na realização da EA no meio rural e urbano e não uma EA rural e outra urbana”.

Na Escola Francisca Mariana Luiz, a pesquisa de campo será participante, com observação, e coleta de dados através de entrevistas serão feitas com os sujeitos da pesquisa. Dessa forma, utilizaremos de entrevistas enquanto um dos recursos metodológicos. Matos e Pessôa (2009) afirmam que a entrevista é uma técnica bastante empregada nas pesquisas devido ao fato de permitir o contato direto com o informante. Pretende-se trabalhar com entrevistas semi-estruturadas, que se constituem na interação entre perguntas abertas e fechadas (previamente formuladas), em que o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o assunto proposto de forma mais espontânea. O questionamento de uma pergunta pode abrir um leque para o entrevistado falar ou complementar informações relacionada a pesquisa.

Ainda para Matos e Pessôa (2009), a entrevista visa preparar o pesquisador e assegurar agilidade e fluidez ao processo. As questões devem ser claras, concisas e estar centradas no objetivo da pesquisa. No entanto, é preciso estar atento às respostas obtidas. Elas não são objetivas. Pelo contrário, representam a subjetividade do entrevistado.

Ainda de acordo com Matos e Pessôa (2009), a observação pode ser o princípio da realização de um estudo de campo, pois permite ao estudante/pesquisador, um contato com o espaço, com a paisagem e com os sujeitos a serem investigados. A observação pode ser direta ou indireta, sendo respectivamente, quando se dispõe a observar o objeto de estudo e os sujeitos da pesquisa, e quando se dirige ao sujeito para obter a informação desejada. A observação direta e a observação indireta podem ser utilizadas numa mesma pesquisa, também de forma complementar.

Outra forma de observação possível de ser desenvolvida durante a realização de um trabalho de campo é a observação participante. Souza Júnior (2009) afirma que a observação participante é a possibilidade de maior aproximação entre o pesquisador, os sujeitos da pesquisa e a realidade socioespacial da qual fazem parte. Esta estratégia metodológica permite uma maior percepção em relação ao mundo vivenciado pelos sujeitos, oportunizando uma análise além do discurso que se instaura.

Na realização de um trabalho de campo segundo Venâncio e Pessôa (2009), um dos instrumentos que contribui com as necessidades do ensino-aprendizagem é o diário de campo. Esse procedimento metodológico, embora não seja utilizado com grande frequência, permite ao pesquisador registrar as suas impressões, e intuições em relação à pesquisa que está sendo desenvolvida. Dessa forma, o diário de campo permite registrar o convívio com os entrevistados, facilitando a reconstrução da história nos seus aspectos econômicos, políticos e culturais, possibilita o exercício de memória do pesquisador nas anotações posteriores ao campo, amplia a capacidade de percepção da paisagem, e ajuda a aprofundar o olhar do pesquisador sobre o espaço social, registrar as preocupações e inquietações que surgem no decorrer do trabalho de campo.

Vale ressaltar que o trabalho de campo é relevante para a Ciência Geográfica, não se deve utilizá-lo como única ferramenta para o ensino da Geografia, mas como um instrumento que alia prática e teoria. Tomita (1999) afirma que este deve ser o caminho a ser seguido pelo professor de não ficar ancorado apenas no saber dos livros didáticos, deve-se sair dos discursos exaustivos, dos questionários sem fundamento, intensificando na comunicação com os alunos, atualizar e aperfeiçoar os conhecimentos bem como experimentar novas técnicas.

A categoria de análise da pesquisa será **lugar**. O conceito de lugar dentro da Geografia tradicional foi definido de acordo com as características naturais e culturais próprias de uma determinada área. Estava ligada a noção de localização e a individualidade das parcelas do espaço. De acordo com Cavalcante (1998), na perspectiva da geografia humanística o lugar é o conceito chave, compreendido como espaço vivido. É onde a vida se localiza e esta carregado de afetividade e significado. A perspectiva humanística é desenvolvida sobre as bases teóricas da fenomenologia, que tem na percepção do sujeito sobre o sujeito a principal referencia. Assim, o lugar é estudado a partir das relações e ligações subjetivas estabelecidas entre sujeito e espaço.

No dizer de Tuan (1980), o espaço é mais abstrato que o lugar, o que começa como espaço indiferenciado, transforma-se em lugar a medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor e significado. Segundo Claval (2001), os lugares não têm somente uma forma e uma cor, uma racionalidade funcional e econômica. Eles estão carregados de sentido para aqueles que os habitam e os frequentam. Assim na abordagem humanística o entendimento de lugar vai muito mais além da simples visão de localização e de individualidade do espaço. São acrescentadas a percepção, os significados, heranças culturais dos indivíduos e as características. O lugar é o espaço vivido, dotado de significados próprios e particulares que são transmitidos culturalmente. É considerada nos estudos a percepção do indivíduo, os símbolos, a religiosidade, os valores e as identidades coletivas.

Cavalcante (1998) corrobora com o pensamento de Claval (2001) ao falar que a concepção de lugar dentro da Geografia Crítica, passou a valorizar mais as questões políticas e econômicas. É analisado como campo de debate, arena de combate entre as classes sociais. O lugar é o espaço do particular, estando presentes os elementos históricos, culturais e a identidade revelando as especificidades. É no lugar que se neutralizam as contradições da globalização, conforme suas particularidades e possibilidades..

Na visão crítica existe uma inter-relação dinâmica entre as escalas: local, regional, nacional e global. Com a expansão das relações capitalistas de produção não é mais possível estudar o lugar sem uma preocupação efetiva com suas conexões com o global através de redes e fluxos. Porém, mesmo com a globalização, as especificidades do lugar não desaparecem. Pelo contrario, as características próprias e peculiares conseguem coexistir, contraditoriamente a tendência de homogeneização imposta pelo capital internacional.

Nesse sentido, de acordo com Carlos (1997), o lugar possui um maior valor de troca do que um valor de uso. O lugar agora aparece como privado e o cidadão é apenas um consumidor, pois as

relações passam obrigatoriamente pela troca. No entanto, é também no lugar que se manifesta o conflito e a diferença. O uso entra em choque com os interesses do capital. É o uso reagindo contra a troca, contra os interesses dos especuladores.

Sob esse ponto, é no lugar que se manifesta a luta de classes e a reação ao valor de troca através dos movimentos e organizações populares como o movimento dos sem-teto e sem terra, associações de bairro e de moradores, movimentos ambientais, movimento dos estudantes e professores, movimento em defesa da mulher, movimento contra a violência entre outros tantos movimentos significativos para a sociedade em geral. Estes movimentos reagem contra o ordenamento do capital e buscam mobilizar a população com o objetivo de transformar a realidade em busca de melhores condições de vida.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo das discussões aqui apresentadas, diversos são os paradigmas e conceitos da Geografia. Percebeu-se que o desenvolvimento do conhecimento geográfico esteve ligado aos processos expansionistas territoriais, notadamente com Humboldt e Ritter na busca de sua sistematização como ciência e esta não pode ser entendida sem contextualização histórica. Nesta perspectiva mostrou-se a importância do trabalho de campo e relevância como instrumento metodológico na realização de pesquisas para alcançar resultados postulados, mas também é essencial para prática da Educação Ambiental em escolas rurais.

Assim, através das diferentes ações educativas comprometidas em formar indivíduos ambientalmente responsáveis, participativos e reflexivos, que saibam priorizar por meio de relações com os homens e com o ambiente a manutenção de uma vida melhor. Cabe ao geógrafo fazer com que o exercício geográfico seja colocado em prática no intuito de evidenciar as contradições e desigualdades existentes na nossa sociedade, buscando de alguma forma contribuir para a transformação da realidade, pois foi com esse objetivo que se originou a Geografia Crítica. As reflexões apresentadas aqui não tiveram como centralidade esgotar o debate acerca da temática, mas sim, oferecer subsídios para as discussões futuras acerca do tema, e ainda, argumentar a favor da utilização do trabalho de campo como recurso didático.

## **REFERÊNCIAS**

- CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (org.). **Por uma educação do campo**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- CAPEL, H. **Filosofia e ciência na geografia contemporânea**: uma introdução à geografia. Maringá: Massoni, 2004.
- CARLOS, A. F. A. O lugar: mundialização e fragmentação. In: SANTOS, M. et. al. (Org) **O novo mapa do mundo**: fim de século e globalização. São Paulo: Hucitec, 1997.
- CASCINO, F. **Educação Ambiental**: princípios, história, formação de professores. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 1999.
- CAVALCANTE, L. de S. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Campinas; Papyrus, 1998.
- CHRISTOFOLETTI, A. As características da nova geografia: In: **Perspectivas da geografia**. São Paulo: Difel, 1985.
- CLAVAL, P. **A geografia cultural**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2001.
- CARVALHO, I. C. de M. **Educação Ambiental**: a formação do sujeito ecológico. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- CARVALHO, M. B. **A vida pede uma chance**. Revista Nova Escola. Ed. Abril, ano VII, nº 55, março / 1992.
- DIAS, G. F. **Educação ambiental**: Princípios e práticas. 5. ed. São Paulo: Gaia, 1994.
- \_\_\_\_\_. **Elementos para capacitação em Educação Ambiental**. Florianópolis: Editus, 1997.
- FOLADORI, G. **O capitalismo e a crise ambiental**. Disponível em: <[http://www.ufcg.ed.br/~raizes/artigo/artigo\\_42.pdf](http://www.ufcg.ed.br/~raizes/artigo/artigo_42.pdf)> Acesso em set. 2011.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 18. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- GUIMARÃES, M. **Educação Ambiental**: No consenso um embate? Campinas, SP: Papyrus, 2000.
- \_\_\_\_\_, M. **A Dimensão Ambiental na Educação**. São Paulo: Papyrus, 1995.
- GOMES, P. C. da C. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- LACOSTE, Y. A. **Pesquisa e o trabalho de campo**: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos. São Paulo, AGB/SP, n. 11, 1-23, agosto de 1985.
- LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.
- LOUREIRO, C. F. B. **Trajetória e fundamentos da Educação Ambiental**. 2. ed. São Paulo; Cortez, 2006.

- \_\_\_\_\_, C. F. B. **Educação Ambiental**: repensando o espaço da cidadania. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- MATOS, P. F. de.; PESSÔA, V. L. S. Observação e entrevista: construção de dados para a pesquisa qualitativa em Geografia Agrária. In: RAMIRES, J. C. de L.; PESSÔA, V. L. S. (Org.) **Pesquisa qualitativa**: nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis Editora, 2009. p. 279-291
- MENDOZA, J. G; JIMÉNEZ, J. M; CANTER, N. O. **El pensamiento geográfico**. 2. ed. Madrid: Alianza Editora, 2002.
- REIGOTA, M. **O que é Educação Ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- RUSCHEINSKY, A. **Educação Ambiental**: abordagens múltiplas. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- SANTOS, M. **Técnica, Espaço e Tempo**. Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- SATO, M. **Educação Ambiental**. São Carlos: RiMa, 2004.
- SAVIANI, D. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez, 1985.
- SAUER, C. O. **A educação de um geógrafo**. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/.../47/45>> acesso em jun. 2012.
- SOUZA JÚNIOR, X. S. de S. A análise do discurso como estratégia na identificação das intencionalidades e práticas espaciais dos movimentos sociais urbanos de João Pessoa – PB. In: RAMIRES, J. C. de L.; PESSÔA, V. L. S. (Org.) **Pesquisa qualitativa**: nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis Editora, 2009. p. 25-48.
- TOMITA, L. M. S. **Trabalho de campo como instrumento de ensino em Geografia**. Geografia, Londrina, v.8, n.1, p. 13-15, 1999.
- TUAN, Y. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.
- VENÂNCIO, M.; PESSÔA, V. L. S. O diário de campo e a construção da pesquisa: registro das emoções dos sujeitos envolvidos e a reconstrução de suas histórias de vida e do lugar. In: RAMIRES, J. C. de L.; PESSÔA, V. L. S. (Org.) **Pesquisa qualitativa**: as trilhas da investigação. Uberlândia: Assis Editora, 2009. p. 317-336.